

ACTA N.º 49

Ao décimo primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas dezanove horas, reuniu a Assembleia-Geral da Associação de Jovens Ecos Urbanos, em sessão ordinária, por videoconferência através da plataforma Microsoft Teams, convocada pelo Presidente da Mesa, onde estavam presentes dez associados(as), teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Discussão e votação da acta da Assembleia Geral Ordinária anterior;
2. Deliberar sobre a proposta do Plano de Ação para 2021;
3. Deliberar sobre a proposta do Orçamento Previsional para 2021 e respetivo parecer do Conselho Fiscal;
4. Proposta de alteração do n.º 2 do artigo 28.º dos Estatutos da Associação de Jovens Ecos Urbanos, conforme orientação do Instituto da Segurança Social, IP – Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro;
5. Outros assuntos de interesse.

O Presidente da Mesa, Paulo Cavaleiro, abriu a sessão solicitando a todos os presentes a autorização para a gravação da mesma, tendo todos associados(as) autorizado.

De seguida passou-se para o primeiro ponto em que o Presidente da Mesa colocou à discussão do(as) associados(as) a acta da última assembleia, sem que ninguém se pronunciasse, procedendo-se à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Logo se avançou para o ponto dois, em que o Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente de Direção que ousando a palavra informou que foi designado o diretor técnico, Carlos Silva, para a apresentação do Plano de Atividades para 2021. Assim sendo, o diretor técnico, iniciou por dizer que estava disponível o documento no site institucional, bem como foi disponibilizado via e-mail a todos(as) os(as) associados(as) previamente, passando de seguida a apresentar de uma forma sucinta aos presentes.

O Diretor Técnico lembrou que a área de intervenção do Centro Comunitário mantém-se inalterada, correspondendo à zona norte do concelho, para logo depois referir que o plano tem enormes incertezas face à situação pandémica de COVID-19 que vivemos atualmente, pelo que será acompanhado por uma política orçamental rigorosa, contudo a dinâmica de trabalho não sofreu alterações.

Assim sendo, o plano desdobrase em quatro eixos de intervenção principal, a saber:

- Eixo 1 – Promoção da Inclusão Social;
- Eixo 2 – Desenvolvimento Pessoal, Social e Cultural;
- Eixo 3 – Educação, Formação e Emprego;
- Eixo 4 – Comunicação e Desenvolvimento Organizacional.

Seguidamente, passou a referir as macro-çções de cada eixo de atividade e a salientar em particular as novas atividades que se prevê que serão realizadas em cada um dos referidos eixos.

Eixo 1 – Promoção da Inclusão Social foram apresentadas as seguintes macro ações:

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) - Planeamento e organização da Intervenção Social; Contratualização no âmbito da Intervenção Social; Atendimento e Acompanhamento Social (AAS); Visitas Domiciliárias; Apoio Alimentar; Articulação com outros serviços; Acompanhamento de beneficiários a outros serviços; Outros Apoios; Atribuição de Prestações de Carácter Eventual; Respostas a situações de Emergência Social; Pedidos Externos «CPCJ, Tribunal, PSP, LNES, Segurança Social»; Encaminhamento para atividades diversas; Comemorações de Natal «Cabazes de Natal, Cartas ao Pai Natal, Festa de Natal»; Apoio Pedagógico; Projeto Saber+; Avaliação da Execução das Ações.

Ocupação dos Tempos Livres - Verão nos Ecos – Julho; Verão nos Ecos – Agosto.

Parcerias - Grupo de Trabalho Banco de Recursos – Rede Social; Grupo de Trabalho Núcleo Local de Ação Social (NLAS - Rede Social); Banco Alimentar Contra a Fome; Rede Social; Núcleo Local de Inserção-RSI; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ); Escolas; Direção Geral de Reinserção Social (DGRS); Grupo de Trabalho do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-abrigo (NPSISA); Plano Municipal de Promoção dos Direitos da Criança; Party Sleep Repeat; EAPN Portugal – Delegação Distrital de Aveiro; Banco de Roupas, material e equipamento diverso.

Projetos - Fruta Social; Bairros Saudáveis – Tinta de Limão (ainda sujeito a aprovação); Cidadãos Ativos (Fundação Calouste Gulbenkian (ainda sujeito a aprovação)).

Eixo 2 – Desenvolvimento Pessoal, Social e Cultural foram enunciadas as seguintes macro ações:

Desenvolvimento Pessoal e Promoção Cultural - Semana da Juventude data a definir; Cultura Conjunta atividade mensal; Cultura para Todos.

Projetos Sociais e Culturais - Bichos do Mato atividade mensal; Projeto Habitus com um plano de atividades próprio como Oficinas de Expressão Artística «Dança, Fotografia, Defesa Pessoal, Animação, Jornalismo, Zumba kids» Oficinas Ocupacionais, Parentalidade Positiva e Mediação Jovem, este projeto tem o seu termino em abril; Oficina de Artistas um projeto de teatro; FamíliaArte um projeto que envolve as famílias do Centro Comunitário.

Inovação Social e Comunitária - Candidaturas a programas locais, nacionais e comunitários.

Parcerias - Poesia à Mesa; Serviço Voluntário Europeu, FAJDA.

Voluntariado - Banco Local de Voluntariado de S. João da Madeira.

Apoio ao Jovem - Informação, Orientação e Parcerias em Iniciativas, Conselho Municipal de Juventude.

Eixo 3 - Educação, Formação e Emprego serão desenvolvidas as seguintes macro ações:

Formação - Dinamização de ações de formação como prestadora de serviços com o IEFP

Educação Formal - Estágios Curriculares

Educação não Formal - Programa Ocupação de Tempos Livres (OTL) – Longa Duração

Eixo 4 – Comunicação e Desenvolvimento Organizacional serão levadas a cabo as seguintes macro ações:

Promoção Institucional - Cidade no Jardim; Gin Street Food; Jantar de Solidariedade; Comemorações do Aniversário a 20 de setembro; Bazar Oliva – Primavera e Natal na Oliva Creative Factory.

Comunicação (www.ecosurbanos.pt; newsletter e redes sociais

Campanhas de Angariação de Recursos - Campanha IRS 0,5%; Campanha Faz-te Ecos Urbanos (angariação e fidelização de sócios); Campanha Apadrinhe esta Ideia; Campanha Ecos de Futuro um novo projeto que consiste na atribuição de uma bolsa de estudo no ensino público; Campanha Ecos Digitais (angariação de computadores).

Instalações - Plano de Segurança; Implementação de Práticas Ambientais, Sala Ecos Urbanos – Oliva Creative Factory.

Avaliação e Monitorização do Plano de Ação - Diagnóstico; Avaliação.

Recursos Humanos - Diagnóstico e Participação em ações de formação.

Após conclusão do Plano de Ação 2020, por parte do Diretor Técnico, o Presidente da Mesa da Assembleia questionou o(a)s associado(a)s presentes para questões e/ou suscitarem esclarecimentos que considerem necessários.

Tomando a palavra, a Presidente da Direção, iniciou a sua intervenção mencionando que este foi o plano de atividades que maior dificuldade apresentou a todos na sua elaboração, por estar-se a programar em cima do incerto, tendo sido necessário incluir algumas atividades mas sem certezas, com a consciência de que provavelmente poderão não se concretizar.

No entanto a ambição para a realização de novas atividades mantém-se, essa é aliás uma prática da atual Direção, bem como de toda a equipa, e para demonstrar estão aqui as candidaturas propostas - Bairros Saudáveis e Cidadãos Ativos. Mais, a que foi apresentada ao PARTIS, não aprovada, mas segundo a informação que tivemos foi apenas por uma pequenas décimas, que apesar do sabor amargo na boca, dá-nos também a esperança de que estamos a ir no caminho certo nas propostas que estamos candidatar e limando uma ou outra aresta podemos muito em breve obter estes tipos de apoios, que não é só bom para o enriquecimento do nosso plano como também o benefício do nosso público-alvo.

Este ano foi um pouco diferente mas a esperança mantém-se, na expectativa que muitas destas atividades que hoje aqui estamos apresentar sejam uma realidade efetiva no próximo ano.

Não tendo mais ninguém ousado da palavra, o Presidente da Mesa, deu início à votação do Plano de Ação para 2021, tendo sido aprovado por unanimidade.

De seguida passou-se para o ponto três, da ordem de trabalhos, e novamente é dada a palavra ao Diretor Técnico, Carlos Silva. Este começou pela rubrica dos proveitos com a verba referente aos subsídios eventuais da Segurança Social um apoio direto às famílias acompanhadas no âmbito do Centro Comunitário; a verba da Segurança Social foi contabilizada com uma atualização de 1%, sendo contudo uma incógnita porque não há informação quanto à atualização prevista para o acordo do Centro Comunitário, aliás até ao momento ainda não foi realizada o aumento referente ao corrente ano, foi solicitada junto da UNIPSS o ponto de situação mas aguardamos uma resposta. Quanto à verba da Câmara Municipal o valor previsto corresponde ao apoio anual (subsídio reforçado tendo em conta o acréscimo de trabalho de ação social), ao apoio na integração de uma pessoa no âmbito CEI no Banco Local de Voluntariado, às atividades de verão, à Semana da Juventude, ao projeto Habitus, ao projeto Tinta de Limão (apoio nas oficinas e mediação) e Cabaz de Natal. A verba do Centro de Emprego e Formação Profissional de Rio Meão em que a associação é prestadora de serviços apresenta uma projeção de 11.897€, valor dependente do desenvolvimento da pandemia. A sub-rubrica Donativos tem refletido um decréscimo no valor em relação aos anos anteriores, sendo no entanto o objetivo diversificar as fontes de financiamento; a verba quotas de sócios prevê um de valor 1.000€, quanto à verba proveniente do IPDJ no valor de 7.500€ foi tido em conta uma nova portaria de agosto, que alterou a forma de financiamento das atividades pontuais, contudo não dispomos da informação da sua manutenção para o ano 2021.

Por último a verba outros proveitos de 7.020,00€ sofrem também sofre uma queda na expectativa de receita em relação ao ano anterior, perfazendo assim um total de proveitos no valor de 242.621,00€.

Prosseguindo, o Diretor Técnico, referiu que no âmbito das despesas haverá uma maior contenção e controlo de forma evitar derrapagens no orçamento, na maioria das rubricas está refletida a criteriosa redução ou manutenção de verbas face ao ano anterior, na verba de Honorários foi contemplado um reforço técnico, de apoio ao Centro Comunitário, sendo a situação avaliada no final do 1º trimestre quanto a sua continuidade. No que se refere às remunerações com pessoal não está previsto qualquer atualização salarial a ocorrer será na atualização do salário mínimo nacional, ou qualquer alteração no acordo do Contrato Coletivo de Trabalho, verificando-se assim um total de gastos de 241.976,00€, permitindo um resultado positivo no valor de 645,00€.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, Luís Quintino, que salientou a enorme incerteza que nos rodeia e da imprevisibilidade na projeção de proveitos e custos, porém o conselho fiscal deu o parecer positivo ao plano e orçamento e regista com agrado a revisão em baixa dos custos efetuados de forma inteligente pela Direção fazendo com que o resultado fosse modestamente positivo. Deixa contudo uma pequena nota, a necessidade por parte da Direção e outros órgãos competentes fazer um acompanhamento orçamental permanente e rigoroso, tendo em conta as enormes incertezas na concretização de algumas atividades que poderão afetar e muito os resultados pretendidos.

Não tendo sido suscitada nenhuma questão, o Presidente da Mesa, passou à votação do Orçamento Previsional para 2021 com o respetivo Parecer do Conselho Fiscal, tendo sido aprovados por unanimidade pelos presentes.

Relativamente ao ponto quatro, a Presidente da Direção, Rita Pereira, esclarece que a Segurança Social solicitou a alteração do n.º 2 do artigo 28.º dos Estatutos da Assembleia da Associação de Jovens Ecos Urbanos, passando a compor-se, após revisão, da seguinte forma: “A convocatória é afixada na sede da associação e remetida, pessoalmente, a cada associado por meio de aviso postal podendo ser igualmente remetida através de correio eletrónico. “ A proposta foi colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa, passou para o último ponto da ordem de trabalho, e questionou se alguém queria usar da palavra.

A Rita Pereira, tomou a palavra e iniciou por referir a inexistência da realização do Jantar de Solidariedade, evento que tem um impacto enorme na dinâmica da associação, houve contudo por parte da Direção uma tentativa de pensar em novas estratégias e abordar parceiros, mas tal situação não foi viável, devido ao agravamento da pandemia no concelho, bem como todas as restrições à circulação em vigor e todos os percalços que o sector da restauração vivem atualmente. Mas isto fará com que o Jantar de Solidariedade de 2021 seja de arromba, de forma a fazer esquecer este ano, pois é um momento importante, quer para a angariação de fundos quer para aproximação de todos os que gostam da associação e colaboram connosco, num grande momento de convívio, alegria e maior descontração.

Aproveitou também para dar a conhecer aos associados presentes uma situação apresentada recentemente à associação, começou por referir que na presente semana os meios de comunicação locais divulgaram que a ACAIS decidiu não renovar o Protocolo de RSI (Rendimento Social de Inserção), e, por conseguinte, foi apresentado à Associação de Jovens Ecos Urbanos a proposta de sermos a nova entidade promotora do Protocolo de RSI.

A notícia foi recebida com muito agrado, porque foi salientada quer pela Segurança Social quer pela Câmara Municipal a importância que seria este serviço ser prestado pela associação. Mas o facto é que após as várias reuniões ocorridas com a Câmara Municipal, da reunião com Segurança Social onde foi apurado a parte de financiamento atribuído para esta resposta, as diversas reuniões com a nossa contabilidade, que nos elaborou um orçamento com as receitas

e custos, após reunião com os presidentes da Assembleia Geral, e do Conselho Fiscal para auscultação. Esta resposta no prazo de 18 meses acarretava à associação um enorme prejuízo, o que era uma situação inoportuna de sustentar. Foi, no entanto, feita uma proposta de apoio à Câmara Municipal para execução do protocolo, mas este pedido foi indeferido e, portanto, ponderados os prós e contras a atual Direção decidiu que não estavam reunidas as condições financeiras e orçamentais para avançar com esta resposta. Citando uma frase proferida pelo presidente do Conselho Fiscal, Luís Quintino, numa reunião anterior com a direção: “Aceitar esta proposta da Segurança Social era lapidar as contas da associação e colocar em causa a sustentabilidade de outros serviços afetos à associação.”

Esta situação já foi comunicada à Câmara Municipal que posteriormente informou a Segurança Social, não sabemos qual o ponto de situação atualmente, apenas temos a informação que a mesma proposta seria apresentada à Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira, sem conhecimento da sua decisão. Contudo na inexistência de nenhuma entidade que assuma esta resposta os processos familiares acompanhados pela ACAIS poderão ser distribuídos pelo Centro Comunitário Ecos Urbanos, Centro Comunitário Porta Aberta e Trilho. Neste sentido foi também questionado pela Direção, se esta afetação/transferência de novos processos seria acompanhada de algum suporte técnico, pois a atual equipa técnica já tem um acréscimo muito elevado de novas situações, e será humanamente impossível o acompanhamento social sem haver um reforço técnico. Neste momento é uma resposta não sabemos dar.

Luís Quintino felicitou a Direção pela decisão acertada, que após todas as diligências e avaliação tomou uma boa decisão.

Finalizando o Presidente da Mesa colocou à discussão dos presentes a aprovação de uma minuta da acta com as deliberações apresentadas, para que a associação possa realizar todos procedimentos necessários. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida em voz alta vai ser aprovada pelos elementos que constituíram a mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral:

PAULO CESAR LIMA CAVALEIRO

1º Secretária da Assembleia-Geral:

BELMIRA CARREIRO PEREIRA DE MELO

2º Secretário da Assembleia-Geral:

RICARDO DE BASTOS MATEUS